

As tomadas de *Chaimite* na obra cinematográfica de Jorge do Canto e na literatura de Mia Couto

Tânia de Resende Garcia*
Roberta Guimarães Franco**

Resumo

Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque foi um tenente-coronel português que liderou o ataque ao último imperador africano da região sul de Moçambique: o Ngungunyane, na vila de Chaimite. Esse feito lhe trouxe muita glória e prestígio em Portugal, no final do século XIX, sendo então nomeado Governador-Geral de Moçambique em 1896. A captura de Ngungunyane, então, foi utilizada como propaganda pelo Estado Novo português, tornando-se estratégia de resgate da memória e de uso da História como um projeto político e de sistematização ideológica, além de um momento emblemático. Este emprego propagandístico se deu através da produção cinematográfica *Chaimite: a queda do Império Vátua* (1953), realizada pelo cineasta português Jorge Brum do Canto. Já como um personagem literário, no livro *Sombras da água* (2016), do escritor Mia Couto, a representação de Mouzinho se difere quando confrontada à da história portuguesa. Assim, o objetivo deste trabalho foi comparar as narrativas desse evento em ambas as perspectivas: cinematográfica e literária. Se o longa-metragem tinha como propósito a construção imagética de um herói a partir da História, na narrativa de Couto, diferentes são as impressões a respeito desse tenente-coronel, ora visto como um salvador da pátria, ora visto como mais um português soberbo em solo africano.

Palavras-chave: Mouzinho de Albuquerque; Ngungunyane; Moçambique; Portugal; Estado Novo.

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal de Lavras (PPGL-UFLA), ORCID: 0009-0003-6689-553X.

** Professora da Faculdade de Letras e do Pós-Lit da UFMG; membro permanente do PPGL-UFLA, ORCID: 0000-0003-0098-2481.

Chaimite's conquests in Jorge do Canto's cinematographic work and in Mia Couto's literature

Abstract

Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque was a Portuguese lieutenant colonel who led the attack on the last African emperor in the southern region of Mozambique: Ngungunyane, in the village of Chaimite. This feat brought him much glory and prestige in Portugal, at the end of the 19th century, and he was appointed Governor-General of Mozambique in 1896. The Ngungunyane's capture, then, was used as propaganda by the Portuguese *Estado Novo* regime, becoming a memory's rescue strategy and the use of History as a political and ideological systematization project, as well as an emblematic moment. This propagandistic use took place through the film production *Chaimite: the Fall of the Vátua Empire* (1953), directed by the Portuguese filmmaker Jorge Brum do Canto. As a literary character, in the book *The Sword and the Spear* (2016), by writer Mia Couto, Mouzinhos's representation differs compared to that in Portuguese history. Thus, the objective of this work was to compare the narratives of this event from both perspectives: cinematographic and literary. If the purpose of the feature film was to construct a hero from History, in Couto's narrative, different impressions are made regarding this lieutenant colonel, sometimes seen as a savior of the country, sometimes seen as yet another superb Portuguese on African soil.

Keywords: Mouzinho de Albuquerque; Ngungunyane; Mozambique; Portugal; Estado Novo.

Da conquista à ocupação efetiva de Moçambique

Em uma das tantas investidas marítimas portuguesas, na era da colonização no século XVI, Vasco da Gama, em 1498, atinge o litoral de Moçambique. Porém, só em 1505 o Estado Português anexa as novas terras ao seu domínio (FAUSTO, 2006). Por causa da crescente expansão territorial e comercial que comandava o cenário europeu da época e, também, o grande interesse de dominar o comércio na Índia, Portugal não coloniza de imediato todas as regiões ocupadas, como é o caso de Moçambique. De acordo com Cabaço:

[...] nos primeiros dias do ano de 1498 da era cristã, os habitantes da costa sul de Moçambique em algum lugar situado entre as atuais cidades de Inharrime e Inhabame, viram chegar estranhas embarcações [...] ninguém sabia quem eram os visitantes, muito menos podia imaginar que testemunhavam um momento histórico: os primeiros contatos da África oriental com a Europa de Vasco de Gama em demanda da rota do oriente. A expansão comercial de países europeus para o oriente, em seguida para o ocidente, marcaria o nascimento de uma hegemonia planetária [...] embarcações de tipo novo, com outras gentes de pele clara, foram chegando sucessivamente à costa oriental da África para combater as que tradicionalmente cruzavam, ao sabor das monções, as águas claras índicas e para se guerrear entre si pela supremacia nos mares. [...] na África oriental, a presença europeia se foi fixando, muito lentamente, ao longo da costa [...]. (CABAÇO, 2007, p. 27-28).

Moçambique e outros territórios invadidos, ao longo do litoral africano, a princípio, servem mais como entreposto marítimo. Segundo Fausto (2006, p. 28), esses entrepostos eram “feitorias [...] postos fortificados de comércio”, isto é, pontos de apoio para as navegações que tinham como destino a Índia e como abastecimento de mão de obra escravizada. Além disso, essas feitorias também tinham a função de organizar o comércio no local e fiscalizar a cunhagem de moeda para controle da retirada de ouro dessas áreas.

A primeira povoação fundada em solo moçambicano, marcando assim o início efetivo da tímida colonização portuguesa, foi Sena, em 1530.

Outras povoações foram surgindo e o intuito maior era, de acordo com Fausto (2006, p. 28), “tomar conta da rota entre as minas de ouro e o Oceano Índico”. Nessa primeira metade do século XVI, Portugal conquistava importantes regiões da Índia que constituíram o Estado Português da Índia ou Estado da Índia. Ademais, para obter recursos financeiros e manter todas essas operações, os portugueses decidem colonizar o Brasil. Essa conjuntura fez com que a ocupação de Moçambique fosse lenta e um tanto quanto desinteressada.

No entanto, como aponta Cabaço (2007), as fraquezas de Portugal logo se tornariam evidentes para as demais potências europeias. Em 1580, o trono português, em virtude dos direitos sucessórios, é ocupado por Filipe II da Espanha. Por conseguinte, o destino lusitano fica ligado aos interesses espanhóis, que, por sua vez, tinha travado disputas com a Inglaterra e, posteriormente, com os Países Baixos. Além do mais, na Europa, está acontecendo a reforma religiosa, e sua burguesia deixa de reconhecer as bulas papais expedidas antes de 1500 e que davam direitos a Portugal e Espanha sobre os territórios “descobertos”.

Com as mudanças políticas, sociais e econômicas (Primeira Revolução Industrial, Revolução Francesa, Iluminismo, Reforma Religiosa) em andamento na Europa, Portugal, em fins do século XVIII, ante “o influxo liberal do Marquês de Pombal [...] tentou (se) reorganizar e procurou se adaptar à nova situação geopolítica e às novas ideias reinantes” (CABAÇO, 2007, p. 60). Uma das ações dessa reorganização foi a equiparação legal dos territórios ultramar ao território metropolitano. Mas, apesar dessa estratégia administrativa, Portugal não tem recursos financeiros para defender esses territórios. Desse modo, outras potências começam a atacar suas colônias, como os holandeses na América e os ingleses na África.

Era preciso, nesse contexto, ocupar definitivamente os territórios ultramar, em especial o africano, uma vez que esse vasto continente se torna um mercado abundante para a escoação de mercadorias produzidas na Europa (carvão e borracha, num primeiro momento; posteriormente, eletricidade, petróleo, gás), um grande fornecedor de mão de obra numerosa e barata; também uma base econômica para responder às demandas da burguesia europeia. Segundo Cabaço (2007, p. 111), “as relações econômicas de tipo capitalista determinaram novo entendimento das relações sociais e da percepção da diferença [...] o caminho da salvação passava pela civilização

ocidental”, ou seja, a ocupação, além dos fatores políticos e econômicos, assume um caráter civilizatório e de salvação do selvagem (nativo).

Tudo isso torna a ocupação complexa, pois, além da falta de recursos financeiros e o enfrentamento de crises no continente, o Estado Português também conta com a falta de trabalhadores portugueses que tivessem interesse em emigrar para a África. Isso se deu, pois:

[...] por demasiado tempo, haviam guardado de África a imagem de degredo, de uma imensa e hostil floresta, infestada de feras, habitada por selvagens e aventureiros sem escrúpulos, marcada pelo mistério e pela vizinhança da morte, por doenças desconhecidas e fatais. (CABAÇO, 2007, p. 74).

Já no início do século XIX, Portugal perde sua “joia colonial”, o Brasil, gerando mais tensões e disputas diplomáticas. Por ter sido o primeiro país a estar em terras africanas e devido às suas inúmeras expedições à África, o Governo Português começou a reclamar, assentado no direito histórico, faixas territoriais cada vez maiores em solo africano. Sem nenhuma sanção oficial, “organizou uma subscrição permanente para manter estações civilizadoras na zona de influência portuguesa do interior do continente, definida num mapa como uma ampla faixa da costa à contra-costa, ligando Angola à Moçambique” (CHARLES; SÁ, 2011, p. 8). Esse mapa foi conhecido como o “Mapa Cor-de-Rosa”.

A ocupação e exploração dos territórios africanos, entre as potências daquele período, começou a gerar muita apreensão. Em 1884, unilateralmente, a Grã-Bretanha aceita a solicitação portuguesa ao controle da foz do rio Congo, o que culminou, por parte das demais potências (França, Espanha, Bélgica, Holanda, entre outras), a convocação de uma conferência internacional. A Conferência de Berlim, realizada na Alemanha, entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, da qual participaram 14 potências da época, teve como principal objetivo dividir e delimitar a ocupação do continente africano. Essa distribuição territorial ficou conhecida como a “Partilha da África” (CHARLES; SÁ, 2011).

Apesar de suas reivindicações, Portugal sofre grande derrota nessa conferência. O direito histórico como critério de ocupação é negado; além disso, é obrigado a aceitar o princípio de livre navegação dos rios internacionais e a perda do controle da foz do Congo (CHARLES; SÁ,

2011). Em decorrência de tais acontecimentos, o Estado Luso é obrigado a negociar, iniciando primeiramente com França e Alemanha.

Esses países assinam tratados com os lusitanos: em 1886, a França, e em 1887, a Alemanha. Nesses contratos, constou o não interesse da França e Alemanha pelos territórios aludidos no mapa cor-de-rosa, sendo este apresentado agora oficialmente. No entanto, a Grã-Bretanha reagiu imediatamente a tais tratados, considerando-os nulos, uma vez que o não interesse por esses territórios não podia configurar direito à Portugal de domínio territorial. Além de tudo, a Grã-Bretanha tinha um grande projeto em solo africano que era a construção de uma ferrovia de norte a sul do continente. Esse projeto gerava conflitos de interesses diretos com os dos portugueses (CHARLES; SÁ, 2011). O governo luso, então, precisava negociar com a Grã-Bretanha esses entraves, mas, como estratégia comercial, opta por atrasar tais negociações.

Assim, em 11 de janeiro de 1890, os ingleses enviam um ultimato, em forma de memorando, exigindo a retirada imediata das tropas portuguesas da extensão entre Angola e Moçambique, atual Zimbábue e Zâmbia. Dom Carlos, rei de Portugal à época, convoca o Conselho de Estado e fica decidido acatar o ultimato inglês. Instala-se uma grande crise econômica e política (MARTINS, 2011). Esses fatores obrigaram a metrópole a buscar alternativas, dentre elas estava a ocupação efetiva de Moçambique.

Até 1894, mesmo tendo direito sobre o território moçambicano (tratado assinado com a Grã-Bretanha), “a ocupação na província de Moçambique resumia-se de facto a uma estreita faixa de litoral, à excepção de alguns pontos isolados no interior — Sena, Tete, Zumbo, Macequece e poucos mais — e do que actualmente constitui o distrito de Inhambane” (ALBUQUERQUE, 1935, p. 67). Com a pressão internacional para a ocupação definitiva dos territórios coloniais e a desconfiança pela capacidade de governabilidade desses territórios pela metrópole, Portugal decide ocupar. Contudo, as ameaças internacionais não são os únicos fatores. Os lusíadas também enfrentaram problemas dentro do território moçambicano.

A tomada de Chaimite

Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque foi um tenente-coronel português que liderou, em 1895, o ataque ao último imperador africano da região sul de Moçambique: o Ngungunyane. Esse feito lhe trouxe muita glória e prestígio ao final do século XIX, sendo até nomeado Governador-Geral de Moçambique em 1896. Após dois anos de governo, em 1899, Mouzinho de Albuquerque escreve o livro *Mozambique 1896-1898*. Nesse livro, relata sua administração como Governador-Geral, contando o que viu, expondo o que pensava, justificando o que fez, sem almejar ser um escritor, apenas desejando ser claro, conciso e verdadeiro, como ele mesmo afirma logo na introdução (ALBUQUERQUE, 1935, p. 17).

O livro é dedicado ao Rei português à época: Carlos I. A obra, composta de quatro livros reunidos, apresenta, sob a ótica de Mouzinho, portanto, a portuguesa, o que era a província de Moçambique, a exploração e a colonização, sua administração e as riquezas públicas portuguesas (fazendas, impostos, situação monetária, entre outras), sendo considerado o período da primeira ocupação até o fim de seu mandato como Governador-Geral. Em muitos trechos, Mouzinho faz uma crítica à administração portuguesa na colônia:

De fato, poucas culpas tem, na maneira como as coisas correm em Moçambique, qualquer indivíduo isolado; a culpa é do sistema que se tem seguido, reflexo do sistema de administração e govêrno que tão maus resultados tem tido na metrópole. É contra êle, portanto, que me insurjo. (ALBUQUERQUE, 1935, p. 17).

Dentre os dados, relatos e opiniões desfiladas, de forma muito breve, Mouzinho de Albuquerque descreve a captura de Ngungunyane e os fatos que o levaram a tal:

A revolta dos landins de Lourenço Marques em 94, a que serviu de pretexto uma partilha de terras na Magaia, mas cuja causa real e evidente durava de há muito e era apenas a frouxidão com que se exerceu sempre a soberania portuguesa sôbre aqueles povos, veio tirar ao Govêrno da metrópole as ilusões que podia conservar

sobre o valor real da posse fictícia da província de Mgambique. Ameaçada a cidade, mandaram-se tropas para a defender. (ALBUQUERQUE, 1935, p. 69).

Porém, no que tange às causas da revolta, Garcia aponta que não foi a “frouxidão” em governar, mas o abuso do governo:

Em 1894, por questões de abuso na cobrança de impostos por parte das autoridades coloniais de Moçambique, alguns regulados tsongas (Mahazul e Matibejana) revoltaram-se e cercaram durante dois meses a cidade de Lourenço Marques. Esta revolta de chefes gentílicos outrora dóceis às autoridades lusas despoletou o alarme no Terreiro do Paço, em Lisboa. Para evitar mais danos na imagem da soberania portuguesa no Índico, as autoridades metropolitanas nomearam o antigo ministro da Marinha e do Ultramar António Enes, para Comissário Régio de Moçambique. Ao mesmo tempo, mandaram para essa colónia um conjunto de oficiais encarregues da formação de um exército que pudesse fazer frente a essas autoridades tradicionais, que agora se colocavam debaixo da influência do grande régulo de Gaza. (GARCIA, 2008, p. 136).

Após o combate em Lourenço Marques, os régulos se refugiam no território de Gaza. O Comissário Régio de Moçambique — António Enes — exige que Ngungunyane os devolva à Coroa Portuguesa, mas este se recusa a entregá-los, cedendo apenas “na condição de Portugal retirar os seus contingentes militares dos territórios sob sua jurisdição” (GARCIA, 2008, p. 137). Nas palavras de Albuquerque (1935, p. 69), “provada a cumplicidade do Gungunhana, achou-se o Govêrno na necessidade de aniquilar, pela força das armas, êste potentado, emprêsa que até então fora julgada, senão superior às nossas forças, pelo menos de êxito duvidoso”.

A guerra entre as tropas portuguesas e o Imperador Ngungunyane duraria cerca de um ano. Em setembro de 1895, sob as ordens do Comissário Régio Enes e o comando dos capitães Freire de Andrade e Paiva Couceiro, as forças portuguesas que iam em direção à Manjacase foram atacadas por soldados *ngunes*. O número de homens em cada exército era desproporcional: aproximadamente seis mil *ngunes/vátuas* e 400 portugueses. No entanto, a tropa portuguesa, devido a seu arsenal bélico, deixou “cerca de 400 indígenas mortos” (GARCIA, 2008, p. 137). O Comissário Enes continua a ofensiva

para tomar Gaza, e outro confronto, em novembro de 1895, acontece, agora em Coolela, sendo os portugueses novamente vitoriosos:

Perante esta derrota, o líder dos angunes fugiu para Chaimite, local sagrado onde estava enterrado o fundador do império de Gaza, Manicusse, avô paterno de Gungunhana e líder de um dos ramos dos zulos que, no início do século XIX, se dirigira para os territórios do sul de Moçambique. (GARCIA, 2008, p. 137).

Após as vitórias, mortes e aprisionamentos de aliados e familiares de Ngungunyane, agora só faltava a prisão do “Rei de Gaza”. Sua captura representa um ato político muito maior do que apenas controlar revoltas, a prisão de Ngungunyane serviria como despojo de guerra e poderia ser apresentada em Lisboa como troféu e testemunho da capacidade bélica e administrativa de Portugal. A importância de sua captura é relatada pelo próprio Mouzinho de Albuquerque:

A campanha fôra uma lição para muitos dos que a haviam encetado, iludidos acêrca dos obstáculos que o clima, as distâncias e a aptidão guerreira dos vátuas opor ao seu feliz êxito. Lição mais proveitosa, embora mais dura, foi também para os indígenas, que reputavam o Gungunhana invencível e os portugueses fracos, incapazes de se bater. Para os estrangeiros foi uma revelação, uma verdadeira surpresa. Neste Portugal moribundo, no conceito de muitos, ainda havia homens. No país de há muito adormecido numa (apagada e vil tristeza), houve um momento de fé nos destinos históricos e um renascimento de confiança nas suas forças militares, que já muitos iam considerando como um inútil encargo para o tesouro (ALBUQUERQUE, 1935, p. 70).

Chaimite não será considerada, na memória dos portugueses, apenas o lugar onde o líder *ngune* foi preso, mas um local glorioso que permitiu a personificação de seu herói. Pois, para conter as revoltas e prender Ngungunyane, Antônio Enes nomeou o capitão Mouzinho de Albuquerque para liderar o ataque, que se consagra em 28 de dezembro de 1895:

Nenhum feito de armas da história colonial recente entusiasmou tanto os portugueses como a irrupção de Mousinho de Albuquerque, à frente de 45 soldados portugueses, dois oficiais e um médico no *Kraal* de Chaimite onde se

refugiara o Gungunhana... Para os militares portugueses, que preferiam avançar em fortes colunas, o lance de dados de Mousinho de Albuquerque foi o cúmulo da louca bravura, e como ele era único nos anais moçambicanos, e até luso-africanos, os jornalistas, o vulgo dos táticos das pastelarias de Lisboa, e atrás deste, todo o Portugal iam vibrar a um ritmo de epopeia. (PÉLLISER, 1988, p. 300-305 *apud* GARCIA, 2008, p. 138).

A ação de Mouzinho de Albuquerque em Chaimite se tornaria tão emblemática que, segundo Garcia (2008, p. 138), “iria ser apropriada pela historiografia do Estado Novo, quando o dia 28 de dezembro passou a ser o ‘dia de Mouzinho’ e quando a Agência Geral das Colônias¹ entendeu fazer um número especial em fevereiro de 1936”. Essa publicação é toda dedicada à vida e feito “histórico e heroico” de Mouzinho.

A memória nacional e o herói

História e poder, em distintas formas de governo, caminharam e têm caminhado juntos, permitindo que o Estado “se aproveite da História para reforçar os laços de solidariedade nacional”, tendo como objetivo “justificar formas abusivas de autoridade ou para caucionar decisões controversas”, como indica Caldeira (1995, p. 121). E foi nessa concepção de vínculo entre História e poder que a memória de Mouzinho de Albuquerque é resgatada pelo Estado Novo ou Salazarismo — regime ditatorial português de 1933 a 1974 — que tinha como chefe de governo o ditador António de Oliveira Salazar.

O resgate da memória e o uso da História pelo governo salazarista é um projeto político e de sistematização ideológica. Para forjar essa ideologia histórica, que tinha como objetivo principal edificar uma coesão nacional e um espírito coletivo português, o regime salazarista recorreu à renacionalização dos portugueses. Caldeira (1995) explica que essa renacionalização tem seus princípios nas ideias liberais republicanas, que, assentadas nas dificuldades sociais e econômicas do povo português,

¹ A Agência Geral das Colônias era um órgão oficial da ação colonial portuguesa que fazia a propaganda, através do Boletim Geral das Colônias do patrimônio colonial e que tinha como intuito contribuir “por todos os meios para o seu engrandecimento [patrimônio colonial], defesa, estudo das suas riquezas e demonstração das aptidões e capacidade colonizadora dos portugueses”. Suas publicações se estendem até 1968 (BOLETIM GERAL DAS COLÔNIAS, 1925, p. 230).

entendeu que a História podia influenciar na coesão nacional e na mobilização das consciências, estimulando assim a autoestima coletiva e o combate do “desânimo generalizado, transformando a História de Portugal num elemento fundamental da formação moral e cívica” (CALDEIRA, 1995, p. 123).

Ainda para Caldeira, por ser uma estratégia política sistematizada, a construção da História oficial portuguesa se torna um modelo de se “produzir” história, possuindo algumas características principais, sendo elas: a permanência (recusa da mudança/negação a novidades); o providencialismo (função missionária e carismática atribuída por Deus a Portugal); a descontinuidade (a História de Portugal possui períodos solares interrompidos por períodos de penumbra); o maniqueísmo (a maioria dos portugueses é boa, mas há raros maus influenciados por ideias estrangeiras); o etnocentrismo (não faz referência a outros povos); e a hipervalorização do herói individual (toda ação, mesmo coletiva, é atribuída a um herói isolado) (CALDEIRA, 1995).

Utilizando o pretexto da reconstrução do espírito nacional, de acordo com Caldeira (1995, p. 124), uma “campanha histórico-patriótica” será lançada pelo regime, sendo veiculada através da educação (escolas), mas também através da música, estatuária, comemorações cívicas e, também, do cinema (CALDEIRA, 1995). E é neste último que a imagem de Mouzinho de Albuquerque será recuperada.

De acordo com Vieira (2009, p. 78), “em fevereiro de 1948 é promulgada a lei nº 2027 de protecção ao cinema nacional que, entre outras disposições, cria o Fundo de Cinema Nacional, administrado pelo SNI”². O objetivo desse fundo era,

[...] de acordo com o seu Artigo 1º, “proteger, coordenar e estimular a produção do cinema nacional [...] tendo em atenção a sua função social e educativa, assim como os seus aspectos artístico e cultural.” É significativo que, na lei, a menção da vertente social e educativa do cinema ou, por outras palavras, a sua instrumentalização enquanto veículo de propaganda dos ideais do espírito defendidos pelo regime, precede a referência a aspectos artísticos. Com efeito, no discurso em que apresenta esta lei, António Ferro estabelece uma categorização dos vários filmes produzidos no país e assinala à partida quais os géneros que

² Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, criado em 1949 e dirigido por António Ferro.

receberão mais prontamente auxílio do fundo, nomeadamente, filmes históricos, documentários, filmes de natureza poética e filmes do quotidiano. (VIEIRA, 2009, p. 78).

Além da finalidade social, educativa, artística e cultural, as obras cinematográficas também tinham como objetivo “dar a conhecer a espiritualidade do projecto colonial português, nas suas vertentes civilizadora e evangelizadora, dentro e fora de Portugal” (VIEIRA, 2009, p. 82). Mas o que seriam as “vertentes civilizadora e evangelizadora”? O novo Espírito português, defendido pelo regime salazarista, disseminava que o Estado português era imbuído (teologicamente) de uma missão: colonizar territórios ultramar, civilizando suas populações indígenas e selvagens, levando, através do cristianismo, a moralidade e salvação (VIEIRA, 2009).

Para Seabra, “o tema do império está seguramente entre os primeiros que podemos encontrar na produção cinematográfica realizada durante o Estado Novo, particularmente durante 1945 a 1974” (SEABRA, 2000, p. 235). Isso se deu por conta do contexto mundial da época: descolonizações europeias e guerras coloniais, o que obrigou o regime ditatorial salazarista a desenvolver um discurso que legitimasse os territórios portugueses ultramarinos.

Nesse sentido, o Fundo de Cinema Nacional, destinado a produzir filmes e documentários que auxiliassem na propagação do Espírito português e o tema do império, subsidiou, além de produções estatais, a produção de iniciativas privadas, como foi o caso do filme *Chaimite*: a queda do Império Vátua (1953), realizado pelo cineasta português Jorge Brum do Canto e produzido pela Cinal - Cinematografia Nacional, uma companhia lusa privada (SEABRA, 2000).

O filme tem início com um indígena³ saindo correndo para avisar, ao avistar vários guerreiros de sua tribo se organizando para uma batalha, da movimentação às tribos vizinhas e aos brancos. As cenas seguintes são vários guerreiros *ngunes* espalhando terror, violência e morte. No intuito de se protegerem, até a chegada de reforços de Portugal, brancos e negros se refugiam na cidade de Lourenço Marques e organizam, juntamente com as tropas portuguesas já aí instaladas, uma resistência aos ataques *ngunes*, o que ficou conhecido como a Revolta de 1894. No desenrolar das cenas,

³ Aparenta ser um *ngune* (vassalo do Imperador Ngungunyane).

reforços vão desembarcando lentamente e todos aguardam ansiosos pela chegada do tenente-coronel Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque.

Antes da vinda de Mouzinho de Albuquerque, as tropas portuguesas, além da Revolta de Lourenço Marques (1894), também enfrentam os indígenas na batalha de Marracaune, da qual saem vitoriosos. Após a chegada do tenente-coronel, as batalhas de Magul e Coolela são retratadas. O filme faz um trajeto histórico sobre os enfrentamentos mais relevantes entre as tropas portuguesas e o exército do Imperador Ngungunyane. No entanto, a cena final do filme não é a batalha de Coolela, mas, sim, quando o já Comissário Régio Mouzinho de Albuquerque derrota Manguiguana (chefe guerreiro de Ngungunyane), em 1897, colocando fim às invasões e revoltas *ngunes*. Além das batalhas, também atravessa o filme o romance entre os personagens Daniel e Maria.

Para Vieira (2009, p. 83), no filme, “digladiam-se a faceta espiritual e material, guerreira e bucólica da colonização portuguesa em África”, isto é, a imagem de que Portugal, com sua “função” civilizadora, promovia tanto a evolução material (progresso econômico) quanto o espiritual (moral). São vários momentos no longa, *Chaimite: a queda do Império Vátua* (1953), que esses ideais são citados, mas quase no final isso fica muito evidente na fala de Mouzinho de Albuquerque, quando diz que Daniel (um colono português) pode servir de exemplo, porque o problema não é só defender a terra portuguesa dos invasores, mas também aproveitá-la, cultivá-la, transformá-la em rendimentos e prosperidades.

Na perspectiva de Seabra (2000), o filme tem uma grande preocupação de apresentar “as qualidades naturais de ser português”, tendo um cuidado com um “rigor histórico”, captando o “espírito e a verdade da época”. Segundo Seabra (2000), Jorge Brum do Canto atesta, em entrevista concedida a ele, seu rigor em buscar a verdade, pois dedicou-se, durante um longo período, a pesquisar: entrevistou sobreviventes portugueses de 1895, consultou o relatório de António Enes (“A Guerra de África em 1895”), textos escritos pelo próprio Mouzinho de Albuquerque. Essas referências bibliográficas permitiram que Jorge Brum do Canto retratasse, através de personagens que representavam os colonos portugueses e os militares, em todos, “o mesmo espírito de luta pelo interesse nacional, pela defesa dos valores portugueses”, sendo “a coragem e a calma [...] tônicas dominantes no comportamento desse tipo de personagem” (SEABRA, 2000, p. 244).

Para Le Goff (1990, p. 463), “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”. O filme *Chaimite* (1953), mesmo não sendo uma produção para o regime, teve uma enorme contribuição em favor de manter viva no espírito português sua nacionalidade e os princípios de nação, fé e moral.

Essa breve apresentação do espírito nacionalista do Estado Novo português e a produção cinematográfica *Chaimite* foram necessárias, pois não foi somente em Portugal e na arte visual que Mouzinho de Albuquerque já foi retratado. Ele também é um personagem literário no livro *Sombras da água* (COUTO, 2016), volume II, da trilogia *Areias do imperador*, do escritor moçambicano Mia Couto, que narra, dentre várias outras histórias, a prisão do Rei de Gaza.

Sombras da água

Muitos dos momentos históricos moçambicanos abordados anteriormente — a Revolta de Lourenço Marques (1894), as batalhas de Marracaun e Coolela e a tomada de Chaimite — são retratados no livro de Mouzinho de Albuquerque, *Moçambique 1896-1898*, e no filme *Chaimite: a queda do Império Vátua* (1953), produzido pelo cineasta português Jorge Brum do Canto. Eles também são cenários na trilogia *As areias do imperador*, obra de Mia Couto, mais especificamente nos dois primeiros livros. Para fins da análise proposta, a representação de Mouzinho de Albuquerque, na ocupação de Chaimite, foi analisada tanto no filme *Chaimite: a queda do Império Vátua* (1953) quanto no volume II, *Sombras da água* (COUTO, 2016), pois é nesta obra que tal fato é narrado.

O primeiro livro, *Mulheres de cinzas* (COUTO, 2015), retrata a chegada de Germano de Melo — um soldado português extraditado para Moçambique acusado de insurgência contra a monarquia portuguesa — e seu encontro com Imani, uma menina pertencente à tribo *VaChopi*, um clã que apoia as tropas lusas contra o exército *ngune*. Nesse encontro, floresce um amor cercado, neste momento inicial, por enfrentamentos entre a

Coroa portuguesa e a tribo do Rei de Gaza — Ngungunyane. Além disso, nesse primeiro volume, a expectativa da chegada de reforços portugueses, principalmente, a de Mouzinho de Albuquerque, já considerado uma lenda e um herói, é retratada, bem como a Revolta de Lourenço Marques em 1894.

Em *Sombras da água* (COUTO, 2016), a saga do romance entre Imani e o Sargento Germano de Melo continua, mas agora separados por motivos decorrentes da disputa territorial entre Portugal e Ngungunyane. Ambos, Imani e Germano de Melo, seguem para Manjacaze, sede do Império *ngune*, pois Imani será entregue, pelo pai, para o Rei de Gaza como esposa, e o Sargento será tratado no único hospital da região, depois de sofrer um acidente provocado por Imani. A narrativa da separação do casal, neste momento, é permeada por vários outros acontecimentos, como as batalhas de Magul, Marracaun, Coolela e o que se tornou um aparato ideológico português, a tomada de Chaimite e a queda do Rei de Gaza. O volume II tem como desfecho o embarque de Imani para Portugal, juntamente com o agora prisioneiro Ngungunyane, e a permanência de Germano em solo africano.

A maioria dos fragmentos que relatam os referidos acontecimentos históricos é apresentada em cartas. No primeiro livro, *Mulheres de cinzas* (COUTO, 2015), o Sargento Germano de Melo acredita sempre escrever informações e confidências a seu superior, o conselheiro José d'Almeida, ao qual deve prestar conta da situação em Moçambique, principalmente, a de seu posto militar em Nkokolani, vila de Imani. Nesse livro, somente as cartas de Germano de Melo são introduzidas, portanto, sua perspectiva dos fatos. Porém, em *Sombras da água* (COUTO, 2016), no segundo capítulo do livro, há uma revelação sobre as tais cartas. Quem recebe e lê as correspondências de Germano não é o Conselheiro José d'Almeida, como até então se pensava ser, mas sim o tenente Ayres de Ornelas: “não estranhe, meu caro sargento: quem lhe escreve é o tenente Ayres de Ornelas, cumprindo o dever de, ainda que sem a assiduidade devida, corresponder às suas frequentes missivas” (COUTO, 2016, p. 26). Neste outro trecho, ele explica por que respondia a todas as cartas em nome de Almeida: “[...] ora esse nosso conselheiro é completamente avesso a cartas e telegramas [...] por esse motivo, fiquei com a incumbência de dar resposta às missivas que a ele são dirigidas” (COUTO, 2016, p. 26).

A partir dessa revelação, um diálogo, através das cartas, cheio de informações, relatos históricos e segredos pessoais se inicia, inclusive, com o Sargento Germano de Melo sempre demonstrando sua ciência das implicâncias de seu romance e sentimentos por Imani — ela, uma africana; ele, um europeu —, além de seu sentimento de ser um português cumprindo suas funções militares. Por sua vez, o tenente Ornelas, sabendo do relacionamento de seu compatriota, vive oferecendo conselhos para que esqueça Imani, além de relatar as movimentações e conflitos bélicos que o exército português vai enfrentando na caçada à Ngungunyane.

A observação, em especial, do cerco e da ocupação de Chaimite, em diferentes materiais, possibilitou verificar como a figura do militar português Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque possui narrativas distintas. No filme *Chaimite: a queda do Império Vátua* (1953), realizado pelo cineasta português Jorge Brum do Canto, Mouzinho de Albuquerque também é muito aguardado, mas pelos militares e pelo povo português que vive em Moçambique. O filme lembra mais Portugal do que um país africano. As referências sobre Moçambique e África são bem estereotipadas: o lugar cheio de selvagens, o negro sempre servindo os brancos e a importância da presença portuguesa como salvação e prosperidade. A cena que apresenta o tenente Albuquerque (no filme) é um grande e celebrado momento. Com Mouzinho chegam reforços, armamentos, cavalaria e um verdadeiro herói, ou seja, tudo que faltava em Moçambique para derrotar os indígenas revoltosos e Ngungunyane. Além da introdução do grande militar, Mouzinho de Albuquerque também é apresentado como um homem ilustre, generoso e distinto, que defende a família, a nação e a fé cristã. Um homem que tem como único ideal manter e cultivar o espírito do verdadeiro português, como se nota na fala do personagem Daniel — um homem do “povo”, dono do restaurante e hotel ChaiChai — ao avistar Mouzinho: “Olhe bem para meu capitão Mouzinho, aquilo, aquilo é que é um homem” (CHAIMITE, 1953).

Já na obra literária, o personagem de Mouzinho é introduzido por Germano, em *Mulheres de cinzas* (COUTO, 2015), ao transmitir notícias de sua chegada a Nkokolani, na terceira carta escrita ao Conselheiro José d’Almeida, em 12 de janeiro de 1895. Em seu relato, demonstra que o prestígio de Mouzinho de Albuquerque não é pelo homem virtuoso que traz em si Portugal, mas por um militar famoso que traz recursos e

reforços, ou seja, é muito mais por medo e desespero, devido à situação no sul de Moçambique, do que pelos seus feitos heroicos e virtudes. Germano inclusive questiona se os moçambicanos realmente o conhecem para tanto o idolatrar:

Devo dizer, a bem da verdade, que se desenvolveu em Nkokolani uma enorme e desproporcionada expectativa sobre a chegada de Mouzinho de Albuquerque. Não que alguém o conheça e, para dizer a verdade, os negros quase não sabem pronunciar o nome desse nosso capitão de cavalaria. Mas é por desmesurado medo que se empenham na fabricação de um messias salvador. É bem verdade que, depois das nossas recentes vitórias militares, muitos dos regulados do sul viraram as costas a Gungunhane e passaram a nos prestar vassalagem. Se é certo que essa nossa recente preponderância trouxe esperança aos indígenas, a verdade é que essa mudança de fidelidade lhes pode ser fatal. Se não confirmamos o predomínio do nosso poderio, esses régulos vacilarão e, com receio de terrível punição, voltarão a ser súbditos do grande rei de Gaza. (COUTO, 2015, p. 79).

Além de famoso, Mouzinho também é reproduzido como um militar ambicioso e vaidoso, que trava disputas com outros oficiais e que não mede esforços ou palavras para alcançar o que almeja, mesmo que isso lhe traga inimizades e desprezo por parte de seus compatriotas, distanciando sua imagem da de um homem bom, virtuoso e heroico que se nota no filme analisado. Na segunda carta endereçada a Germano, também exibida em *Sombras da água* (COUTO, 2016), Ornelas está contando para o sargento que foi designado para acompanhar o conselheiro José d'Almeida, escolhido como chefe para negociar com Ngungunyane certas condições e a entrega dos rebeldes Mahazul e Zixaxa, a fim de cessar os conflitos, porém Mouzinho de Albuquerque não aceita a escolha do conselheiro para tal missão e, segundo ele: “do conselheiro José d'Almeida só há vergonha a se esperar” (COUTO, 2016, p. 60, grifos do autor). Ainda nessa passagem, Ornelas lamenta: “são tristes essas discórdias. Não nos bastavam os conflitos com os Vátuas. Mais graves parecem ser nossas desavenças interiores. Só existe uma solução: ignorar as invejas e as disputas pelo prestígio” (COUTO, 2016, p. 60).

Em outro momento, quando a tropa portuguesa está toda reunida em Coolela, o capitão Galhardo opta por seguir as instruções de Caldas Xavier e aguardar o ataque dos vátuas, ao invés de avançar. Com essa

decisão, Mouzinho diz: “Caldas Xavier, ao conceder essa tática, inspirou-se nas artes da mulher sedutora: vai borboleteando em redor do pretendente esperando que, no último momento, o homem tome a dianteira” (COUTO, 2016, p. 312). Outra vez, a representação de Mouzinho não configura a de um homem digno de respeito ou de admiração, ao contrário, é uma pessoa que cultiva a soberba e a arrogância.

Ao fim da batalha de Coolela, enquanto enterram os mortos portugueses, ao escutar Mouzinho de Albuquerque, próximo a uma sepultura proclamar “*devia ser eu um desses que tombou*” (COUTO, 2016, p. 316, grifos do autor), o capitão Santiago da Mata declara, entre dentes: “*tudo mentira, nunca participou de uma batalha [...] esteve ali, todo o tempo parado, a ver-nos a nós a lutar!*” (COUTO, 2016, p. 59, grifos do autor). Nesses trechos apresentados, percebe-se que Mouzinho tinha fama, mas nem sempre era adorado e estimado como um grande companheiro, um militar exemplar ou um grande homem. Pelo contrário, sua presunção e empáfia no trato com seus superiores e colegas constroem uma imagem de homem prepotente e com um complexo de superioridade.

Após a vitória portuguesa em Coolela, Ngungunyane foge para Chaimite. Com esse triunfo luso, no livro de Couto, tanto os vátuas quanto o governo de Portugal consideravam as disputas encerradas. Mas, para Mouzinho de Albuquerque, não. Contrariando as autoridades portuguesas que haviam enviado ordens para a retirada das tropas, ele decide invadir Chaimite. Germano de Melo, descrevendo Mouzinho, após a captura de Ngugunyane, diz: “um ufano Mouzinho de Albuquerque, de espada em riste, não tinha olhos senão para exibir o triunfo e esfregar aquela afronta na cara dos que dele duvidavam”. (COUTO, 2016, p. 370). A decisão de ocupar Chaimite, mesmo contra a ordem da Coroa Portuguesa, estabelece uma imagem de Mouzinho como alguém que não media esforços para alcançar aquilo que almejava, ou seja, a notoriedade. Não foram os grandes feitos e conquistas que o colocam como herói, mas a sua ambição e manipulação.

Em relação à invasão de Chaimite pelo capitão, os dados históricos em Couto divergem do escrito por Mouzinho de Albuquerque, em seu livro Moçambique 1896-1898. Neste, ele afirma que se torna Governador-Geral em 1896, após os feitos de Chaimite. No entanto, no livro *Sombras da água* (COUTO, 2016), em 24 de dezembro de 1895, véspera do ataque decisivo, Mouzinho acabara de ser nomeado governador do distrito de Gaza.

Acredita-se que essa alteração é para a construção dos fatos e do próprio personagem, pois, como governador, ele passa a ter plenos poderes sobre as decisões militares, o que antes não era possível, uma vez que tinha que respeitar hierarquias.

Como se observa, a construção do herói Mouzinho de Albuquerque, no filme *Chaimite* (1953) e no livro *Sombras da água* (COUTO, 2016), é distinta. No primeiro, temos o modelo do espírito português defendido pelo Estado Novo; no outro, um tenente-coronel preocupado somente com suas próprias glórias. Le Goff (1990, p. 518) afirma: “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Se o filme *Chaimite* tinha um certo propósito político, a literatura de Mia Couto vai apresentar dissimetrias que levam, no mínimo, ao questionamento de quem realmente foi Mouzinho de Albuquerque.

Referências

ALBUQUERQUE, M. D. *Moçambique: 1896-1898*. Lisboa: Editora Ática, 1935. v. II.

CABAÇO, J. L. O. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. 2007. 475 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CALDEIRA, A. M. O poder e a memória nacional: heróis e vilões na mitologia salazarista in *O imaginário do Império. Penélope: revista de história e ciências sociais*, [s. l.], n. 15, p. 121-142, 1995. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2685305>. Acesso em: 14 out. 2022.

CHAIMITE: a queda do Império Vátua. Direção: Jorge Brum do Canto Portugal, 1953. 149min.

CHARLES, A. J.; SÁ, L. A. C. M. Cartografia histórica da África. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. *Anais* [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 1-16.

COUTO, M. *Mulheres de cinzas: as areias do imperador*, livro 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

COUTO, M. *Sombras da água: as areias do imperador*, livro 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1990

GARCIA, J. L. L. O mito de Gungunhana na ideologia nacionalista de Moçambique. In: COMUNIDADES imaginadas: nação e nacionalismos em África. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.

MEMORIAS D'AFRICA E D'ORIENTE (Portugal). Diploma Legislativo Colonial. *Boletim da Agência Geral das Colónias*, [s. l.], v. I, n. 2, p. 230, 1925. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/BGC.aspx>. Acesso em: 13 out. 2002.

SEABRA, J. Imagens do Império: o caso Chaimite de Jorge Brum do Canto. In: TORRALBA, Luís Reis (ed.). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 235-273.

VIEIRA, P. O espírito do império: as grandes certezas do Estado Novo em Chaimite. *Georgetown University: Journal of Lusophone Studies*, [s. l.], v. 7, p. 71-107, 2009. Disponível em: <https://jls.apsa.us/index.php/jls/issue/view/18>. Acesso em: 15 out. 2022.